

Tocantins já debate nova capital

Iniciativa privada poderá construir outra "Brasília"

VALDIR MORGADO
Da Sucursal

Goiânia — Até o final da próxima semana estará sendo votado pelo plenário da Assembleia Constituinte o projeto que cria o Estado do Tocantins. A previsão é do deputado federal Siqueira Campos (PDC/GO), autor do projeto já aprovado pela Comissão de Sistematização e incluído no projeto de Constituição elaborado pelo Centrão.

Diante da perspectiva de criação iminente do novo Estado, cresce o debate em torno da localização da capital do futuro Estado, tendo em vista que as lideranças das principais cidades vêm lutando acirradamente para que a capital seja instalada no município que cada um representa. Embora as cidades mais cotadas sejam Araguaína, Porto Nacional e Gurupi, já é consenso na região que a capital deve ser instalada no centro geográfico do Tocantins. Uma das alternativas seria a construção de uma mini-Brasília, com recursos da iniciativa privada, entre os rios Tocantins e Araguaia.

O deputado Totó Cavalcante é um dos que defende a capital provisória na parte central do futuro Estado, para facilitar a construção da capital definitiva, que no seu entendimento, deve ficar abaixo de Porto Nacional, nos limites do município de Tocantina, junto a diversos mananciais de água e ao rio Tocantins, próximo ao local definido pelo Ministério dos Transportes para instalação do entreposto de carga e descarga da Ferrovia Norte-Sul.

O deputado não assume claramente a indicação de Porto Nacional como sendo a cidade ideal para ser a capital provisória, por ser filho do município e não querer atritos com outras lideranças.

ARTICULAÇÕES

Os prefeitos de Guaraí, Carlos da Silveira Bueno, e de Colinas, Antônio Eleutério Filho, também defendem a instalação da capital em seus municípios, pelas mesmas razões. Geograficamente estão na parte central do futuro Estado e

perto do local que as lideranças concordam, deve ser construída a capital definitiva. Mas as duas cidades não possuem infraestrutura adequada para sediar, mesmo provisoriamente, a capital.

Nos pontos extremos, dois municípios estão na briga: Araguaína, no norte e Gurupi ao sul, que são as duas cidades mais importantes da área a ser abrangida pelo futuro Estado. O prefeito afastado de Araguaína (houve intervenção do Estado na prefeitura em abril último) Cornellano de Barros, ferrenho defensor da capital em sua cidade, manobrou no sentido de se criar cursos superiores, principal deficiência no setor de ensino, para justificar, ali, a capital. Os cursos foram instalados, mas os alunos não tiveram como frequentar as aulas por falta de salas e carteiras. Apesar de ter bom comércio, rede bancária, hospitais, clínicas, emissoras de rádio, uma estação de televisão, jornais semanários, Araguaína padece de infraestrutura. Suas ruas são estreitas e tortuosas, próprias de cidade que cresceu sem planejamento, faltando-lhe também um bom aeroporto.

Apesar do prefeito de Gurupi, Jacinto Nunes da Silva, pretender, junto com as lideranças políticas locais, fixar a capital em seu município, fatores de localização e infraestrutura contrariam as demais correntes que trabalham pela criação do novo Estado.

EVITAR O DE BATE

O juiz federal aposentado Darcy Martins Coelho, presidente do Comitê pró-criação do Estado do Tocantins, procura evitar o debate em torno da definição da capital por entender que "isso criará animosidade entre as lideranças políticas de todos os municípios que serão abrangidos pelo futuro Estado, e poderá prejudicar o plebiscito que terá que ser realizado no prazo de 120 dias após a promulgação da futura Constituição do País".

Ele entende que o projeto que está na Constituinte é perfeito até neste ponto,

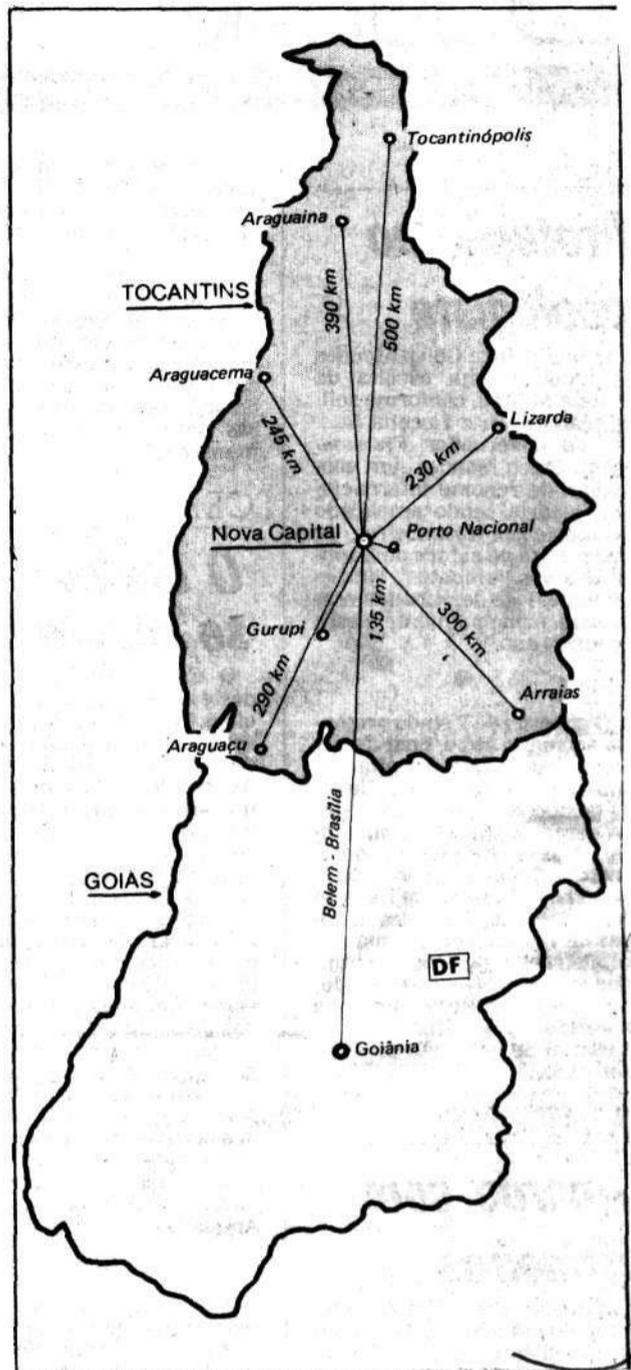
quando transfere para o Presidente da República, uma figura alheia às brigas locais, a competência para nomear o governador que vai instalar o futuro Estado e indicar o local da capital provisória.

Lembrou que só após a instalação dos três poderes e eleição dos deputados estaduais, que serão responsáveis pela elaboração da Constituição do Estado, o Poder Legislativo terá competência para definir o local da futura capital.

O deputado Totó Cavalcante, um dos entusiastas do futuro Estado do Tocantins, assegura que a construção da futura capital da nova unidade federativa não representará nenhum grande ônus para o Governo Federal. Segundo ele, caberá ao governo eleito do futuro estado a desapropriação da área para instalação da capital, em local a ser definido pela nova Assembleia Legislativa.

"Nós pensamos num projeto moderno, uma espécie de mini-Brasília, onde o governo construiria os três poderes e ali se instalaria; e a iniciativa privada, as firmas empreiteiras se encarregariam de construir a nova capital". Com o dinheiro que o próprio governo arrecadaria, com a venda dos lotes, ele conseguiria os recursos necessários para construção de escolas, postos de saúde, hospitais, e demais obras de competência do Estado, além da implantação da infraestrutura necessária.

Para José Carlos Leitão, presidente da Conorte, entidade que há sete anos luta pela criação do Estado, a questão prioritária é a aprovação do Tocantins pela Constituinte. A questão da nova capital será definida oportunamente pela Assembleia Constituinte do novo Estado, dentro de um processo consensual. A mesma opinião tem o deputado constituinte Siqueira Campos. Como autor do projeto de criação do Estado, ele entende que qualquer polémica em torno da localização da nova capital, no momento, não acrescentaria nada de positivo nessa caminhada final pela consolidação do Tocantins no Congresso Constituinte.



Votação mobiliza os nortenses

Goiânia — Uma nova mobilização popular, destinada a acompanhar a votação do capítulo das Disposições Transitórias do texto na futura Constituição brasileira onde está inserido a criação do Estado do Tocantins, constitui a preocupação principal dos prefeitos, vereadores, deputados federais e estaduais representantes da região, como a Conorte (Comissão de Estudo dos Problemas do Norte Goiano).

Segundo o deputado estadual Totó Cavalcante, "a conscientização dos constituintes, da necessidade de criação do novo Estado, conseguida graças a um trabalho de corpo a corpo, precisa ser revitalizada por ocasião da votação da matéria", que ele calcula se dará no fim deste mês.

Assegurou que uma vez superada a fase de estruturação dos diretórios municipais, que prendeu toda a atenção dos políticos da região, "nossa preocupação, agora, será de mobilizar todas as lideranças e a própria população para estar

em Brasília na hora da votação da criação do Estado do Tocantins".

Lembrou que a Conorte, que tem representação instalada em Brasília, tem sido o grande suporte pela criação do novo Estado. Revelou que associações regionais de prefeitos, juntamente com a Conorte e outros segmentos voltados para a criação do Tocantins, estiveram com o governador Henrique Santillo, conseguindo dele autorização para que algumas salas do escritório de Goiás, em Brasília, sejam utilizadas, como ponto de referência e mobilização da população nortense.

CANDIDATOS

O deputado condenou a atitude daqueles que, acreditando estar garantida a criação do Tocantins, já trabalham suas candidaturas ou a indicação de governador nomeado. Há informações de que o deputado federal José Freire mostra para as lideranças do

norte de Goiás um telegrama do presidente Sarney, agradecendo-o pelo voto seu aos cinco anos de mandato para o Presidente, indicando que ele tem a garantia de que será o primeiro governador nomeado do Tocantins.

Dentro do projeto de mobilização dos nortenses quando da votação do projeto de criação do Tocantins, a Conorte vem mantendo contatos não só com as lideranças da região como também com o governador de Goiás, Henrique Santillo, com o ministro Iris Rezende, com o superintendente da Sudeco, Ramez Tebet, para ampliar o apoio à causa tocantinense. Segundo o presidente da entidade, José Carlos Leitão, a Conorte está promovendo campanha junto aos constituintes, destacando o caráter soberano da Assembleia Nacional Constituinte em aprovar um Estado que por duas vezes foi criado pelo Congresso Nacional e mereceu veto presidencial.